



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR**

**REUNIÃO**

26/06/2019 - 29ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Bom-dia a todas as senhoras e aos senhores.

Damos início à 29ª Reunião, dia 26 de junho de 2019, quarta-feira, às 10h02min.

Declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Apenas um comunicado aos Srs. Senadores.

Comunicamos a abertura do prazo de apresentação de emendas ao PLN 05, de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020, e dá outras providências, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O prazo de apresentação de emendas na nossa Comissão se abre hoje, dia 26 de junho, com encerramento dia 2 de julho.

Determino à nossa assessoria que faça chegar um lembrete aos Srs. Senadores dia após dia, até chegar o dia 2 de julho.

Esclareço que as emendas deverão ser enviadas pelo Sistema de Emendas, no endereço <http://cn/emendas>, e a via impressa, assinada pelos Srs. Senadores membros da Comissão e entregues na Secretaria da Comissão.

A reunião para a apreciação das emendas será no dia 3 de julho vindouro, às 12h.

**1ª PARTE**

**ITEM 1**

**MENSAGEM (SF) Nº 23, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.*

**Autoria:** Presidência da República e outros

**Relatoria:** Senador Antonio Anastasia

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:** 1 - Em 19/06/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência será realizada nesta Reunião.

Convido, com muito prazer, para que tome assento à mesa, o Sr. Alexandre Ramagem Rodrigues, ao qual damos as boas-vindas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Alexandre Ramagem Rodrigues, indicado ao cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Informo ao indicado que o tempo destinado à sua exposição é de 20 minutos, prorrogáveis de acordo com a necessidade.

**O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES** (Para exposição de convidado.) - Primeiramente, quero dar o meu bom-dia aos presentes nesta Comissão.

Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Nelsinho Trad, e estendo os cumprimentos ao Exmo. Sr. Vice-Presidente, Senador Marcos do Val.

Cumprimento o Exmo. Senador Relator da Mensagem nº 23, de 2109, nesta Comissão, Senador Antonio Anastasia, Relator desta indicação.

Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores, demais Parlamentares presentes, autoridades militares, autoridades civis, senhoras e senhores aqui presentes, é um privilégio, com muita honra, comparecer hoje perante esta Comissão para ser submetido à arguição conforme indicação de meu nome pelo Poder Executivo para ocupar a função de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, a nossa Abin.

Apresento, assim, de forma sucinta, minha experiência profissional e demais informações relativas à formação técnica adequada às afinidades intelectual e moral para o exercício da referida função.

No exercício do cargo de Delegado de Polícia Federal, aprez-me apresentar a trajetória de exercícios e funções e missões por todo o País, alcançando reconhecidos resultados no decorrer de minha carreira.

Iniciei na função de Policial Federal no Estado de Roraima, oriundo da primeira turma de delegados do meu concurso, em 2005. Desde o início de minha carreira, empreendi ciclos de especialização, além de cursos de aperfeiçoamento profissional para cada uma das classes superiores até alcançar a classe especial, último nível da carreira de Delegado da Polícia Federal.

Em 2007, fui nomeado Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, período em que a Polícia Federal em Roraima desenvolveu capacidade de inteligência operacional elevada, com repressão a crimes financeiros, fazendários, com combate a entorpecentes e demais ilícitos. Logo fui alçado à função de Delegado Regional Executivo e substituto Superintendente Regional, ingressando, assim, na atuação de gestão do órgão policial. Nesse período, a Superintendência de Roraima executou planejamento de atuação em pleito eleitoral que se tornou um dos modelos para emprego pelo órgão central a outras unidades da Federação.

No ano de 2011, assumi, em Brasília, a chefia da Unidade de Repressão a Crimes contra a Pessoa. Iniciou-se um período de intensa capacitação do efetivo da Polícia Federal nessa *expertise* com integração de entes e órgãos de diversos Estados da Federação. Assumi, nessa função, a presidência das investigações da Polícia Federal com tramitação originária no Superior Tribunal de Justiça. Operações policiais de combate a grupos de extermínio foram deflagradas em vários Estados do País. construindo integração com os serviços de inteligência de diversas secretarias de segurança nos Estados.

Após esse ciclo de atuação operacional e de inteligência, face ao conhecimento da realidade do efetivo e da estrutura em diversos Estados da Federação, ingressei na atividade-meio da Polícia Federal, sendo responsável pela Divisão de Administração de Recursos Humanos e pela Divisão de Estudos, Legislações e Pareceres da Polícia Federal. O exercício de funções na atividade de gestão de pessoas permitiu o desenvolvimento de minhas capacidades como gestor público, incremento institucional e zelo pelos servidores e suas carreiras.

É pertinente assinalar que, nesse período, após capacitação e habilitação como docente, iniciei ainda atividade como Professor da Academia Nacional de Polícia.

Em retorno ao exercício das atividades de repressão e inteligência, fui convidado em 2015 a desenvolver base operacional e de inteligência no Estado do Amazonas como Coordenador do Grupo de Investigações Sensíveis de Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes, com atuação em operações contra facções, PCC, Comando Vermelho e Família do Norte, e ainda integração de inteligência com países estrangeiros, com resultado de apreensões de entorpecentes no México, Estados Unidos e Venezuela.

Nesses anos em exercício nos Estados e no órgão central da Polícia Federal, recebi periódicas convocações para integrar a coordenação dos grandes eventos sediados pelo Brasil naquela época. Nessa função, fui responsável pelas seguintes atividades: fui membro da coordenação do evento Conferência das Nações Unidas Rio+20 em 2012; fui Coordenador Ouro do evento Copa das Confederações em 2013; fui Coordenador Ouro do evento Copa do Mundo 2014; fui Coordenador Operacional da reunião Brics e Unasul 2014; fui Coordenador Operacional do evento Olimpíadas Rio 2016. Pelo trabalho de segurança e inteligência realizado como Coordenador Operacional do evento Olimpíadas Rio 2016, após reconhecimento da atuação pelo Comitê Olímpico Internacional, fui agraciado com a Medalha da Ordem do Rio Branco, conferida pelo Ministério das Relações Exteriores.

No ano de 2017, integrei equipe de investigação e inteligência da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro. Em razão do desenvolvimento dos trabalhos em diversas instâncias judiciais, coordenei o trabalho da Polícia Federal junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, resultando na deflagração de diversas operações policiais.

No início de 2018, retornei ao órgão central da Polícia Federal, agora para assumir como Substituto da Diretoria de Gestão de Pessoal na função de Coordenador de Recursos Humanos, com atuação de gestão sobre todo o efetivo policial e administrativo e superintendências regionais, além de atuação junto à Esplanada dos Ministérios e a outros Poderes nos assuntos concernentes à instituição.

No segundo semestre de 2018, fui convocado a assumir a coordenação da segurança do Presidente eleito Jair Bolsonaro. Essa missão de coordenação culminou no empreendimento de trabalho intenso de inteligência, inclusive de forma integrada a outros órgãos e entes, com todos os cuidados e análises inerentes até o evento Posse Presidencial.

Já no começo deste ano de 2019, fui convidado a assumir a Superintendência da Polícia Federal no Estado do Ceará em meio aos eventos de crise de segurança pública retratados naquele momento naquela unidade federativa. Acabei sendo nomeado à função de Superintendente. Todavia, não entrei em exercício, vez que foi requisitado para atuar como Assessor Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República em função direta de auxílio ao Ministro de Estado Carlos Alberto dos Santos Cruz, substituído recentemente pelo General de Exército Luiz Eduardo Ramos.

Neste momento, indicado a Diretor-Geral da Abin, mantenho a motivação de cumprimento das obrigações e responsabilidades de atendimento ao Estado brasileiro, a exercer agora o papel fundamental da inteligência de fornecer informações oportunas, abrangentes e confiáveis às autoridades brasileiras, necessárias ao processo decisório nacional.

À inteligência cabe acompanhar e avaliar conjunturas internas e externas, buscando identificar ameaças, riscos e oportunidades aos interesses nacionais. Elencadas na Política Nacional de Inteligência, constam as principais ameaças ao Estado brasileiro contra as quais a atividade de inteligência deve atuar. Dentre elas, estão espionagem, sabotagem, interferência externa, ações contrárias à soberania nacional, ataques cibernéticos, terrorismo, armas de destruição em massa, criminalidade organizada e corrupção. Todas essas ameaças são objeto de acompanhamento pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência, de acordo com as suas *expertises* e respectivas esferas de competência.

Ressalto que a inteligência desenvolve suas atividades em estrita observância ao ordenamento jurídico brasileiro, pautando-se pela fiel observância aos princípios, direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição. Trata-se de atividade especializada alicerçada em doutrina comum, pautada pela conduta ética, pressupondo conjunto de princípios orientadores do comportamento humano em sociedade.

No contexto democrático brasileiro, fiscalização e controle externo da atividade de inteligência são exercidos pelo Congresso Nacional, pelas Comissões de cada Casa e ainda por meio da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. O exercício da atividade de inteligência, sob estrita observância ao estabelecido em sua relação institucional de atribuições e controles, permite a atuação sistêmica e eficiente no âmbito nacional e internacional, de modo a prover informações seguras e com maior grau de completude possível aos processos decisórios.

Neste momento, é necessário empregar esforços para o fortalecimento dos instrumentos essenciais da inteligência de Estado, valorizando e empreendendo ações integradas, com intercâmbio de dados e conhecimentos em âmbito nacional e internacional, observando o fiel cumprimento da legislação em vigor e a conduta ética em compasso com os mecanismos de controle interno e externo presentes no exercício da atividade.

Dessa forma, ao apresentar as linhas gerais das experiências pessoal e profissional adquiridas nesses anos de serviço de atividade policial, inteligência operacional e gestão, dirijo-me aos Exmos. Srs. Senadores, que compõem tão significativa e importante Comissão, a fim de submeter o meu nome à aprovação desta eminente Casa para desempenhar a função de Diretor-Geral de Agência Brasileira de Inteligência, com a certeza de que continuarei a cumprir as tarefas que me forem confiadas com o mesmo entusiasmo e conduta republicana desempenhados nesses anos de carreira no serviço público.

Muito obrigado a todos.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) - Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Pela ordem, Senador Marcos do Val.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Pela ordem.) - Se puder abrir a votação enquanto nós escutamos a sabatina dos Senadores... Pode ser?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Não havendo objeção do Plenário, indago se podemos abrir o processo de votação da Mensagem 23, de 2019.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação, que será feito em urna eletrônica, secreto, na cabine à minha direita, à esquerda dos Srs. Senadores.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Dando prosseguimento à arguição, conforme a lista de inscrições, concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença em plenário da Sra. Rebeca Teixeira Ramagem Rodrigues, esposa do indicado, Alexandre Ramagem Rodrigues; do Deputado Federal Hiran Gonçalves; do Gen. Carlos Peixoto; do Gen. Joaquim Maia Brandão Júnior; do Gen. Darke Nunes Figueiredo; do Sr. Frank Márcio de Oliveira; do Sr. Gibran Mota; da Sra. Juliana Nicola Kilian; e do Sr. Ricardo Rovere.

Lembro a todos que esta reunião é interativa e que aqueles que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas e comentários por meio do portal e-Cidadania, no endereço [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania), ou pelo telefone 0800-612211.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Anastasia, Relator desta mensagem.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Nelsinho Trad, Sr. Vice-Presidente Marcos do Val, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Permita-me, Presidente, um cumprimento ao Deputado Hiran Gonçalves, que é o meu Vice-Presidente no Grupo Brasileiro do Parlatino, e ao Dr. Alexandre Ramagem Rodrigues, eminente sabatinado.

Sr. Presidente, como vimos pela exposição do indicado, estamos diante de uma pessoa de altíssima qualificação. Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senhor Presidente da República por essa indicação. O Dr. Alexandre, como demonstrou aqui agora ao relatar a sua trajetória, reúne de modo muito feliz uma tríplice experiência: técnica, acadêmica e, ao mesmo tempo, administrativa. No âmbito da Polícia Federal, que é a instituição na qual ele exercer as suas funções, e o faz com muito brilho e denodo, o Dr. Alexandre já praticamente, a despeito de jovem, o que é um ponto muito positivo, felizmente, conseguiu, na sua experiência, granjear, de fato, atividades em todos os segmentos específicos da atividade da Polícia Federal. Então, esse é o primeiro passo.

O segundo, que é muito importante também, Sr. Presidente, talvez até mais relevante que a leitura seca e fria do currículo, é o contato pessoal, com a conversa longa que tivemos, que é importante para o Relator fazer a sua convicção e que foi muito proveitosa, em um dos vários encontros que tive com o Dr. Alexandre. Eu quero dizer aos meus pares que aqui se encontram que, na conversa que tive, Senadora Mara, fui testemunha de uma pessoa comprometida com o trabalho, de alguém culto, dedicado, equilibrado, tranquilo, como deve ser para uma função desta, e, de fato, com todo o preparo para exercer a direção do órgão central brasileiro da inteligência, que é a Abin, que, aliás, neste ano, como ele me noticia, comemora 20 anos de existência. Portanto, não há nenhuma dúvida de que, sob o ponto de vista da indicação e das condições de exercer as funções, o Dr. Alexandre tem toda e completa condição de fazê-lo muito bem. Então, como Relator, eu faço questão de agregar ao meu relatório este registro, de fato, por ser de justiça.

E a minha experiência como professor por muitos anos na Universidade Federal de Minas Gerais me permitiu, de fato, Alexandre, desenvolver, talvez, essa capacidade de, nas conversas, identificar, de fato, a potencialidade de cada qual. Tenho certeza de que V. Exa. será muito bem-sucedido e exitoso na missão que lhe é atribuída, de muita responsabilidade, à frente da Abin.

Eu quero tão somente fazer uma indagação, eminente Presidente, se me permite. Nós todos sabemos - e, no relatório feito agora, na apresentação do Dr. Alexandre, isto foi mencionado - que nós temos muitos problemas no Brasil, que, felizmente, é uma nação pacífica, mas somos todos, no mundo hoje, potencialmente vítimas de terrorismo, de crimes cibernéticos, de atentados e de outros tipos de atividades malsãs. Todas elas, salvo engano - e quem diz isto não é uma pessoa especializada nesses assuntos, mas o senso comum nos indica -, têm, no seu veio comum, digamos assim, hoje, as questões da internet. É na internet que residem os piores malfeitos, questões relativas à lavagem de dinheiro internacional, a terrorismo internacional, aos crimes cibernéticos, evidentemente, *ça va sans dire*, como falam os franceses. Então, todos esses aspectos estão relacionados a esse ponto. E a inteligência tem que utilizá-la muito. Conversando com V. Exa., numa das nossas entrevistas, eu relembra que, quando Governador de Minas, naqueles movimentos espontâneos populares de 2013, como todos fomos surpreendidos, mas, na internet, já se verificava esse movimento. A minha indagação a V. Exa. é se V. Exa. considera, naquilo que tem conhecimento por ora, no âmbito da Abin - e aproveito para saudar aqui, Presidente, como V. Exa. mencionou, as autoridades federais que aqui se encontram, especialmente do Exército Brasileiro -, que nós

temos condições de avançar mais, de dedicar mais esforços, mais recursos? O que será necessário para termos no Brasil uma inteligência que tenha os meios necessários? Sem os meios... Eu sei que V. Exa. tem um elemento humano muito bom com os quadros técnicos da Abin, mas vai precisar também dos elementos tecnológicos. E nós já estamos à altura de fazer face a essas novas exigências, a esses novos desafios do mundo moderno, para que a inteligência tenha condições de oferecer à autoridade toda segurança necessária?

Concluo, Sr. Presidente, cumprimentando, mais uma vez, o Presidente pela escolha e dando uma especial saudação ao Dr. Alexandre, que será certamente aqui aprovado, assim como no Plenário, e será um grande Diretor-Geral da Abin, para felicidade e tranquilidade da Nação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Eu gostaria apenas que o nobre sabatinado anotasse as perguntas, porque, como temos muitos Senadores inscritos, eu gostaria de fazer uma rodada de quatro em quatro e, aí, V. Sa. responderia as quatro primeiras perguntas.

Com a palavra o Senador Major Olimpio, de São Paulo.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone.*) - S. Presidente, quero me inscrever também.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) - Sr. Presidente, Senadores, o Dr. Alexandre Ramagem Rodrigues, por seu currículo e história de vida, transborda condições para servir o País em qualquer atividade. Eu já tive o privilégio de conhecê-lo atuando e sou testemunha mais do que presente da sua capacidade, da sua liderança, sendo, num segundo momento, até por essas qualidades, o indicado do Senhor Presidente para uma missão dessa natureza. Eu gostaria de indagar ao Dr. Ramagem, nessa sua experiência de mais de 15 anos do lado da lei e da segurança em múltiplas missões, sobre a questão da informação. Ela é fundamental dentro de qualquer processo. Muito embora já com 20 anos a Abin, ela vem de uma estrutura anterior que é o SNI (Sistema Nacional de Informações), que acabou sendo estigmatizado como uma utilização de informações por um governo de natureza militar naquele momento e acabou, em determinado momento, sofrendo perseguições e desestruturação. Nós devemos ter uma preocupação muito grande em relação ao fortalecimento dessa estrutura.

Eu, particularmente, apresentei um projeto que trata do marco regulatório da inteligência no Brasil, que é um projeto que tem aqui, nesta Casa, o Senador Amin como Relator. Eu acredito que nós devamos perseverar pela criação desse marco regulatório.

Simplemente para estimular V. Sa., que eu tenho certeza absoluta de que aqui terá a unanimidade da confiança do Senado como Diretor-Geral, não só neste ato formal, mas no dia a dia das nossas atividades, que V. Exa. possa descrever como é que nós poderíamos avançar nesse campo da sistematização. Eu digo isso, porque, no campo da informação... Por exemplo, no Estado de São Paulo, onde eu sou um profissional da segurança pública, eu vejo um sistema que foi criado de informações integradas da Polícia Militar com um sistema de informações da Secretaria da Administração Penitenciária, que faz uma monitoração permanente das atividades hoje, principalmente, da facção PCC, mas eu vejo uma estrutura muito calcada, doutor, nas pessoas. Se determinadas pessoas hoje saírem das suas funções, acaba o sistema de informações. De forma muito prática a V. Sa., em relação à monitoração do PCC no Estado de São Paulo: o Promotor Lincoln Gakiya, o Juiz Paulo Sorci, Juiz da Vara de Execuções Criminais, têm se debruçado, estimulado e conduzido ações que eu creio que devam ser observadas e até estimuladas, mandadas e criadas, se não existirem nos demais Estados brasileiros.

Eu falo até em relação à atividade da Abin. Eu tive a oportunidade de estar no Paraguai com o Ministro da Justiça, com a Embaixada brasileira, e tem sido feito um trabalho muito efetivo de inteligência, e inteligência ligada ao sistema prisional. O representante da Abin, o Dias, que é amigo pessoal nosso, inclusive, para treinamento, difusão de conhecimento, é um entrosamento menos pessoal e mais institucional.

Então, até para estimular V. Sa. neste momento, pergunto qual seria sua visão, e aí já encarecendo o apoio oficial de V. Sa. e da Abin para avançarmos com o marco regulatório da inteligência que deva dar substância para o sistema como um todo. No pensamento de V. Sa., como avançar com essas atitudes, muitas vezes individuais e pessoais, para que elas sejam sistematizadas em todo o País para a produção do conhecimento e da informação?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Agradecemos as colocações do nobre Senador Major Olimpio, de São Paulo.

Com a palavra a Senadora Mara Gabrilli, de São Paulo, para fazer o seu questionamento.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) - Muito obrigada, Presidente.

Queria agradecer também o Senador Anastasia pelas palavras em deferência ao Dr. Alexandre, o que nos ajuda a conhecer o nosso eminente Presidente.

Primeira pergunta: os limites entre uma espionagem cibernética e uma guerra cibernética são tênues, similares ao que imaginamos como a diferença entre o que seja segurança cibernética ou defesa cibernética. De qualquer forma, hoje em dia, saber quem realiza, por que realiza e onde realiza esses métodos parece ser crucial. Afinal, *hackers* já fazem parte de nossos noticiários pelos motivos mais diversos, muitos deles graves, e podem atingir a nossa infraestrutura crítica, pleitos eleitorais etc. Como V. Exa. planeja a nossa segurança cibernética e a coordenação com o Exército, que cuida de nossa defesa cibernética, em consonância com o Ministério da Defesa? Quais os objetivos e os métodos dessa segurança cibernética e os seus obstáculos legais?

Depois, também, Dr. Alexandre, nós notamos que, entre as áreas prioritárias de atuação da Abin, estão os temas de segurança das fronteiras, migrações, meio ambiente, não proliferação de armas de destruição em massa e lavagem de dinheiro. Como V. Exa. avalia essa gama de prioridades?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Fechando esta rodada - já falaram o Senador Anastasia, Major Olimpio, e Mara Gabrielli -, o questionamento será feito por este que lhes fala.

Caríssimo Alexandre Ramagem Rodrigues, primeiramente, para registrar o excelente relatório, que tive a oportunidade de ler, feito pelo Senador Antonio Anastasia, devidamente completado pelas palavras de improviso ora realizadas no início desta reunião.

Segundo, todos nós estamos diante de uma situação em que o Brasil quer uma resposta: refiro-me a essa questão das interceptações de mensagens de autoridades do nosso País, o que gerou uma crise que todos nós estamos vivenciando.

Eu gostaria que V. Sa. tecesse alguns comentários a respeito dessa situação e nos dissesse quais as providências que o órgão chefiado por V. Sa. poderia tomar, e deverá tomar, no sentido de evitar que situações dessa natureza possam continuar acontecendo no nosso País. Entendo, e presumo, que a ação preventiva do serviço de inteligência deva ser a tônica para a gente poder, usando a ferramenta do conhecimento, se antecipar às ações criminosas que poderão daí advir.

Afora essa questão, há outra situação que eu gostaria de questionar em relação ao quadro de pessoal da Abin, já que V. Sa., a partir do momento em que tiver sua aprovação referendada pelo Plenário, deverá encontrar uma agência com um determinado número de funcionários. Toco nesse assunto porque já chegou até nós que é um número insuficiente diante das demandas do nosso País. Qual seria a sua postura e quais as medidas que poderia tomar para organizar um quadro técnico que possa fazer frente às ações que, tenho convicção, pelo seu histórico e por sua passagem por onde esteve, irá desenvolver a contento na Agência Brasileira de Inteligência?

Então, fecho as minhas perguntas no grupo de quatro Senadores e passo a palavra a V. Sa. para dar resposta a esses quatro.

Posteriormente, apresentarão suas questões os Senadores Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Zequinha Marinho e Telmário Mota, próximo grupo que fará questionamentos.

**O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES** - Muito obrigado.

Primeiramente, quero agradecer pelas palavras, Senador Antonio Anastasia, fico muito feliz e lisonjeado.

Agradeço também a possibilidade de responder algumas perguntas que focam na questão cibernética, que está em voga. Agradeço a oportunidade para fazer esses esclarecimentos.

Nós temos, no Brasil, divididas as atribuições de segurança e defesa. Prioritariamente, elas são vinculadas ao Exército Brasileiro. Um dado: em 2018 houve o registro de cerca de 20 mil ataques aos sistemas brasileiros, metade deles confirmados, cerca de 10 mil ataques confirmados por ano, o que dá cerca de quase um ataque por hora no Brasil. Em sua maioria, são ataques para derrubar um *site*, problemas insignificantes, mas mais de um terço deles diz respeito a fraudes ou à captação de dados. Desde 2014 não se baixa esse nível de 9 mil ataques confirmados, fora o que nós não temos conhecimento, dadas as nossas capacidades.

A questão do Exército Brasileiro atuar na segurança e na defesa cibernética transcende a questão militar para a civil, mas lógico que também, sem sobreposição e com auxílio, outros entes trabalham nessa questão. A Polícia Federal trabalha nessa questão com uma análise das infrações penais, com os procedimentos. O Ministério da Ciência e Tecnologia trabalha muito nessa questão. Recentemente foi aberta uma audiência pública pelo Ministério da Ciência e Tecnologia junto ao BNDES para verificar questões da Internet das Coisas, visando a questão do 5G, que se avizinha.

Nesse contexto todo, a Abin trabalha como órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência. Como órgão central, faz esse fluxo de informações e, mais ainda, tem setores técnicos e escolas que estão aptos para o trabalho com toda a comunidade.

Nós temos na Abin o nosso Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações (Cepesc), em que nós desenvolvemos *softwares* e *hardwares* para auxílio às outras Forças. Dou exemplo do que está sendo construído no Cepesc: dispositivos, plataformas criptográficas de alto desempenho, que é um *desktop* criptografado; plataformas criptográficas portáteis e móveis, que são os HDs externos e os *pen drives*, tudo com tecnologia nacional; e o nosso terminal de comunicação seguro.

Além disso, nossos centros, que irradiam para toda a comunidade de inteligência, trabalham com análise de artefatos maliciosos, essas questões de incidentes, criptografia, ataques cibernéticos e ainda proteção a infraestruturas críticas. Todas essas questões que eu coloquei são tratadas dentro do centro, mas ainda são pedidas em concurso público. Os servidores que entram para determinada *expertise* na Abin já entram com essas capacidades pelo programa do edital.

Além disso, há um programa de sucesso na Abin, que é o nosso Programa Nacional de Proteção às Comunicações Sensíveis. Ele se iniciou justamente para auxiliar a Marinha do Brasil, a nossa Marinha, na questão de indústria nuclear. É um programa preventivo, é um programa que auxilia na análise de riscos, na análise dos sistemas, inclusive colocando, indicando normatizações a serem feitas e, mais, na sensibilização dos seus servidores, que é tarefa das mais importantes, a situação comportamental. Não adianta gastar US\$75 bilhões, como os norte-americanos, se não houver um comportamento de segurança.

O mais importante dessa questão é poder trabalhar com a parte privada. A Abin almeja... E esta é a grande necessidade de investimentos da Abin: almejar trabalhar com o setor privado, com os acadêmicos, com as universidades, com as indústrias e com pessoas, porque a questão cibernética no Brasil não enseja apenas ataques de países, um jovem de 17 anos pode derrubar uma usina hidrelétrica, por exemplo. Então, essas questões estão em voga, estamos capacitados, precisamos dos incentivos para poder atuar da melhor forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Vamos ao segundo grupo de Senadores.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) - Caro Presidente Nelsinho Trad, Sr. Alexandre Ramagem Rodrigues, indicado para a Direção-Geral da Abin, eu gostaria de fazer algumas perguntas que serão muito importantes na sua sabatina para ocupar esse relevante cargo da República, que é de uma importância estratégica enorme para o Brasil. Obviamente, tendo a confiança do Presidente Jair Bolsonaro, é claro que o Senado, a Câmara Alta do País, tem o maior interesse em analisar de forma detalhada essa indicação, ao mesmo tempo sabendo que o senhor traz na bagagem uma larga experiência e, obviamente, tem todas as condições e está talhado para ocupar esse cargo tão relevante. Gostaria de fazer algumas perguntas mais pontuais, mais diretas.

A primeira delas seria: por que um delegado da Polícia Federal comandar a Abin? Essa seria a pergunta de fundo.

A segunda pergunta: sabendo-se que as informações de inteligência são significativamente uma questão preponderante para o combate à criminalidade organizada e que o trabalho de inteligência fortalece as ações institucionais na propagação da segurança pública, gostaria de saber como será a sua gestão na consolidação desse trabalho de interações e como se daria a sua integração junto aos projetos de Centro Integrado de Comando e Controle propostos pelo Ministério da Justiça e de Segurança Pública? Seria através de uma ação transversal, obviamente, essa participação.

A terceira pergunta seria: o atual Governo demonstra uma aproximação mais dedicada com os governos norte-americano e israelense, que manifestadamente detêm uma estrutura institucional de gerência de informações de inteligência muito forte. A pergunta seria: qual será sua proposta para enveredar em ações conjuntas favorecendo o intercâmbio de informações que podem ser vantajosas para o combate ao crime organizado e às possíveis ações de grupos terroristas no Território nacional?

A outra pergunta seria: como se dá na atualidade o relacionamento dos órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência? Quais os desafios e o que pode ser melhorado?

A última pergunta, e eu não poderia deixar de fazê-la, é sobre as questões recorrentes no meu Estado, o Estado de Roraima, nas áreas de fronteira, principalmente hoje, quando nós vemos a migração de mais de 180 mil venezuelanos que já por ali passaram ou que estão no nosso Estado, em torno de 50 mil atualmente. Obviamente, nessa esteira de migração, vem um contingente elevadíssimo de pessoas que cometeram graves delitos e são pessoas de infiltração muito perigosa para estarem convivendo com a população do nosso País, especificamente do Estado de Roraima. Como a inteligência da Abin está trabalhando no sentido de monitorar em tempo real a presença desses venezuelanos, que já tem causado verdadeiro pânico na população do meu Estado?

São essas as perguntas, Dr. Alexandre.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Para fazer o seu questionamento, com a palavra o Deputado Flávio Bolsonaro, do Rio de Janeiro.

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) - Presidente, bom-dia. Bom-dia a todos, bom-dia, Dr...

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Desculpem: Senador Flávio Bolsonaro.

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) - Eu nem reclamei porque ainda estou também fazendo a transição aqui, Presidente.

Enfim, não são nem questionamentos, Presidente Nelsinho, Dr. Alexandre Ramagem Rodrigues, Delegado da Polícia Federal. O Senador Chico Rodrigues foi ao ponto que eu iria nos meus questionamentos. É óbvio que é uma posição superestratégica, de extrema confiança, porque é aquela responsável por assessorar o Presidente da República em importantes tomadas de decisão, inclusive para se antecipar a problemas graves que possam vir a paralisar setores estratégicos do nosso País, enfim, identificar diversos gargalos, tratar da segurança dele também, de toda a sua família.

Eu não ia nem entrar no assunto, Presidente, porque não sei se o Dr. Ramagem está sabendo - eu fiquei sabendo vindo para cá - do gravíssimo incidente que aconteceu agora nessa viagem do Presidente até o Japão. Tripulante de um dos aviões que faziam o seu acompanhamento, do avião reserva na verdade, um oficial da Aeronáutica foi apreendido com cocaína dentro da mochila. É algo surreal, dá vontade de dizer umas palavras bem baixas para uma pessoa que faz uma coisa dessas acreditando que não vai ser pego.

Olhem a importância de ter a informação, a iniciativa para prevenir que situações como essa aconteçam. Parece que ele está detido; foi uma escala em Sevilha, e ele está lá detido, um criminoso. Bandido bom é aquele que a gente conhece deitado, enterrado. Essa é uma situação que realmente é difícil tentar tipificar, é difícil definir qual foi a conduta desse criminoso, desse bandido.

Não se sabe se é apenas - eu digo "apenas" porque vou falar de algo mais grave depois - um traficante de drogas usando um avião oficial que fazia a reserva, um avião reserva do Presidente da República, ou se tem intenção política com isso, de tentar criar mais um empecilho contra o atual Governo, mais um problema num momento importante que estamos vivendo no Brasil, de decisões fundamentais que o Congresso vai ter que tomar, vai ter que se posicionar. É uma situação inaceitável, Senador Marcos do Val, chega a tirar do controle a vontade que vem na cabeça na hora de deparar com uma situação como essa.

Enfim, está lá o vagabundo apreendido em Sevilha, e o Governo já se posiciona totalmente a favor de colaborar com tudo o que for possível para que isso seja elucidado o quanto antes - se ele estava fazendo por conta própria, se estava contando que ninguém ia revistar o avião, se foi alguém que mandou. Então, é para o senhor ver a quantidade de problemas, o quão complexa é a missão do serviço de inteligência, de todo o aparato de inteligência que envolve o Presidente da República.

É só para desejar a V. Exa. muito sucesso. Que Deus lhe dê muita sabedoria e força, para assessorar o Presidente com informações importantes, seguras, porque o futuro do Brasil também passa pelas mãos de V. Exa. e de sua equipe. Então, o que o Senador Chico Rodrigues colocou aqui é fundamental: ter uma equipe que disponha não só de tecnologia de ponta, à frente daquelas usadas por marginais, mas também um pessoal qualificado que tenha a visão, a percepção e a iniciativa de identificar o que é importante buscar para alimentar o Presidente da República e toda sua equipe antes de tomarem decisões importantes e para evitar situações como essa, inclusive, acho até que das mais esdrúxulas, perto dos grandes problemas que nós enfrentaremos pela frente, em que o senhor, à frente da Abin, vai ser fundamental.

Então, goza de total confiança. A sua qualificação, o seu currículo... Acho que por isso se escolheu um delegado da Polícia Federal, um segmento, um exercício de uma função... Para chegar até onde o senhor chegou, já passou por vários crivos, e sua competência não é questionada de jeito nenhum.

Então, só desejar sucesso. Conte conosco, que seja uma missão bem-sucedida.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Para fazer o seu questionamento, Senador Telmário Mota. Posteriormente, Zequinha Marinho.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) - Presidente Senador Nelsinho, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nosso sabatinado, Dr. Alexandre, é uma honra, fiz questão de estar presente aqui.

Dr. Alexandre, sem dúvida nenhuma, qualificação V. Exa. tem de sobra para esse cargo tão importante para a República brasileira e para o País. V. Exa. é tão sortudo para esse novo desafio, e está preparado, que teve aqui como Relator um dos melhores quadros que esta Casa tem. O Senador Antonio Anastasia é um orgulho para o Senado, orgulho para o Brasil e orgulho para Minas Gerais, não tenho nenhuma dúvida. É um homem centrado, uma pessoa comprometida com a verdade

sobretudo. Então, V. Exa. já passou por um grande crivo. Só em dizer que ele é o Relator e que o aprovou, eu já votei. Então, você já ganhou o meu voto.

E também fico honrado porque V. Exa., na Polícia Federal, serviu no nosso Estado - meu, do Chico, do Deputado Hiran, do Senador Mecias. V. Exa., então, conhece este País de ponta a ponta. Ontem, até por uma infelicidade, um dos grandes Ministros que temos, o da Infraestrutura, nós estávamos numa audiência pública e ele começou do Rio Grande do Sul, passou por São Paulo, foi ao Mato Grosso, entrou no Nordeste, entrou no Norte e não foi a Roraima. Até perguntei para ele se tinha acabado a gasolina do avião, porque eu ia ceder a minha verba de gabinete para abastecer e ele chegar lá, porque Roraima está precisando tanto... Então, V. Exa. já veio de lá - isso nos honra bastante -, conhece essa realidade.

E eu estava ouvindo a fala do Senador Flávio Bolsonaro e a indignação dele, que é correta, porque, de qualquer forma, atinge, ou tenta atingir, o Presidente. Já imaginou, Dr. Alexandre, que grandes desafios você terá pela frente? Aonde o crime chegou! Quer dizer, envolve pessoas que estão dando segurança e suporte logístico ao Presidente da República! Eu não acredito que tenha cunho político não, é marginalidade mesmo, é a ousadia da marginalidade. Se o cara vai fazer isso de cunho político, é preciso ter muito roxo, porque ele sabe que é um risco muito grande. Agora, pela marginalidade, ele faz. Então, veja o constrangimento criado para o Presidente, para o País - parece um país vulnerável, o que não é. Mas olhe só a missão de V. Exa.! Sabe por quê? Porque a Abin foi desmontada.

Eu quero dar um testemunho aqui. Eu ia com a Presidenta Dilma Rousseff para Roraima quando o Eduardo Cunha aceitou o *impeachment* dela. O avião presidencial tem *wi-fi*. Eu estava no *wi-fi* ali e vi a hora em que ele aceitou. Quinze minutos depois, a Presidente chamou a bancada para uma conversa. Acho até que o Deputado Hiran estava com a gente nesse dia, não foi? Eu falei para ela: "Então, o Eduardo acatou?" Ela disse: "Que acatou?" Quinze minutos depois - ela ia com o Ministro José Eduardo junto, o Ministro da Justiça -, e ela não sabia, a Presidente da República não sabia que o Presidente da Câmara Federal tinha acatado a proposta de *impeachment*. Por quê? Porque estava sem informação.

Aí a gente vai para uma linguagem muito simples. O Chacrinha dizia: "Quem não se comunica se trumbica." E quem tem informação tem poder. O Brasil precisa voltar a ter poder.

V. Exa. tem uma grande missão. Acredito em V. Exa. Vá com Deus!

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Com a palavra o Senador Zequinha Marinho, último deste bloco.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) - Obrigado, Presidente.

Eu apenas quero cumprimentar o Dr. Alexandre e dizer que é uma alegria poder ter um quadro da qualidade, da importância, da experiência e do vigor da juventude de V. Exa. numa função que consideramos estratégica para o Brasil.

Em outro momento, essa instituição foi usada de forma duvidosa, mas tenho certeza de que, no Governo atual, ela prestará um serviço estratégico ao Brasil e ao Governo brasileiro. O que nós temos aqui a fazer é lhe desejar sorte, como também nos colocar à sua disposição para que possamos ver essa instituição importante prestar seus serviços com a qualidade e com a confiabilidade que nós esperamos.

Sucesso, e que Deus possa guiar os seus passos!

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Para encerrar este bloco, passo a palavra ao Senador Jaques Wagner. É o último Senador a fazer questionamento.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Bom-dia, Presidente Nelson Trad, Vice-Presidente Marcos Do Val, Dr. Alexandre Rodrigues, indicado para dirigir a Agência Brasileira de Inteligência. Cumprimento os outros colegas aqui presentes.

Eu fiz questão até, Presidente, de votar antes de perguntar, porque eu entendo que quem ganhou a eleição tem o direito de montar a sua equipe e, a menos de um descalabro de currículo, que eu espero que não aconteça em nenhuma indicação, não nos cabe aqui... Até porque não vai ser em cinco minutos de interrogação que nós vamos conhecer a capacidade, apesar de que, lendo o seu currículo, sei que V. Exa. já demonstrou valor em outras missões que teve.

Eu queria tocar na questão que diz respeito muito mais ao Estado democrático de Direito. Hoje há uma série de questionamentos, questionamentos que foram aprofundados com os vazamentos, ou com os "hackingamentos" - eu não sei exatamente qual foi a metodologia com que se obtiveram as informações com a autoridade brasileira -, mas também não é para a gente se assustar tanto porque, há bem pouco tempo, no escândalo do Wikileaks, a própria Presidente da República estava sendo monitorada, o Presidente da Petrobras, ou seja, todas as empresas de grande importância para nós tinham o controle de uma das nações, por acaso a de maior economia do mundo, o que recoloca o que eu tenho dito: a grande briga atualmente não é ideológica; a grande briga hoje é comercial. Não houve nenhuma cizânia entre China e Estados Unidos em função das suas ideologias ou dos seus modelos. A cizânia é porque a China avançou, depositou 36% das

novas patentes de 5G, os Estados Unidos depositaram 13%, se não me engano, ou 12%, e aí começa a briga comercial, que é a briga que se impõe.

O Presidente Trump, independentemente de eu achá-lo bom ou ruim - porque não me cabe, cabe ao povo americano elegê-lo, criticá-lo ou não -, faz o trabalho que ele entende ser correto. Ele está protegendo as fronteiras do ponto de vista comercial e impondo restrições para poder ampliar o parque de empregos. Não que eu concorde com a tática dele, mas os Estados Unidos hoje têm as menores taxas de desemprego de sua história, 3,4%, 3,5%. Então, a briga é comercial. Se nós não entendermos isso - estou à vontade porque digo isso a quem de direito - e formos ficar fazendo briga ideológica, acho que nós vamos nos perder no tempo. A briga é comercial, a guerra é comercial.

Eu era Governador do Estado da Bahia e uma vez chamei todos os dirigentes de bancos na Bahia para fazermos um *pool*, um compartilhamento contra o estouro de caixas eletrônicos, o que para a população é um absurdo, porque aquilo invade famílias etc. e tal. E os gerentes dos bancos, os diretores, disseram: "Governador, até entendo a sua preocupação, mas a nossa não é essa. O que tem lá no caixa eletrônico é R\$100 mil, R\$150 mil. O *hacker*, quando entra aqui, num ataque cibernético, me leva R\$30 milhões, R\$40 milhões. Então, nós estamos investindo em outra área." Veja como é contraditório: a segurança da população e a segurança... Então, o que eu quero dizer é: V. Sa. é profissional de carreira. Para isso a estabilidade foi admitida no Brasil, para que se possa cumprir bem a sua missão. Eu só espero que a Abin e o SNI, como já foi dito aqui antes, não tenham nenhum contorno de polícia política. Eu acho que não é esse o papel dela. O antecessor do Gen. Heleno, Gen. Etchegoyen, que eu conheci, foi Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, sob o comando do Gen. Villas Bôas, com quem eu tive vários diálogos, é um profissional, na minha opinião, dos mais qualificados dentro do Exército brasileiro, e, pelo que me consta, deixou uma Abin bastante profissionalizada no sentido de obter, para o Presidente da República, informações estratégicas, e não informações comezinhas, que são próprias de uma polícia política.

Então, na verdade, o meu desejo - não vou nem falar de recomendação, pois como Diretor-Geral vai responder ao seu chefe imediato e à Presidência da República - é que a gente possa... Eu fui, por acaso, Ministro da Defesa e sei da importância entre as nações dessa questão da Abin, ou seja, a qualidade de informação para a Presidência da República.

Com o que o Senador Flávio acabou de relatar aqui, realmente, a gente fica entre o susto, a perplexidade e a expectativa, porque não é bem o papel da Abin, apesar de que é o papel do GSI, sob o comando do Gen. Heleno, tratar das viagens e da segurança. Eu me lembro de que, quando eu era Ministro, a gente embarcava na base aérea e tinha aquele raio-X. Agora imagine a petulância, realmente, de alguém entrar com trinta e tantos quilos. O valor estimado é de R\$10 milhões. É para desmoralizar o País, para desmoralizar a instituição Presidência da República? Porque vira lá fora um negócio complicado para nós. A notícia que saiu: "O avião do Presidente da República Federativa do Brasil carregava "x" quilos de cocaína".

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) - O cara nem fala o nome do outro.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - O nome do outro não existe. Não sei se ele foi posto lá a serviço de alguém, se era um traficante, porque realmente era uma petulância, imaginar que ele ia trafegar e vender R\$10 milhões. Então, é só para mostrar como é importante.

E a guerra contra o narcotráfico nós não vamos ganhar na delegacia de polícia de cada Estado. O Secretário de Segurança Pública do meu Estado é colega seu, que é mais velho do que V. Sa. na Polícia Federal. Ali a gente fica enxugando gelo. Ou a gente vai conseguir bater nos grandes fornecedores, nas grandes rotas de tráfico, ou o pobre coitado do Secretário de Segurança Pública prende um menino que vendeu 1g e esse aí estava levando trinta e tantos quilos.

Então, eu só lhe desejo boa sorte. V. Sa., com 14 anos, já passou por várias missões na Polícia Federal. Seguramente, essa é das mais nobres. É por isso que eu insisto: ela é muito mais ampla, ela é estratégica. Ela não é a luta que a Polícia Federal faz no dia a dia. Ela é para abastecer a quem é de direito à informação de qualidade. Eu espero que V. Sa., Presidente da Abin, possa enaltecer o papel da Abin e não, como já foi dito aqui, que seja confundida com qualquer polícia política comezinha para ficar investigando papel ideológico. Eu estou repetindo isso porque eu tenho dito: você ganha eleição com ideologia, mas não governa só com ideologia. Ou você tem pragmatismo de governar para 200 milhões ou nós não vamos tirar o País daquilo que nós estamos vivendo hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Com a palavra o Dr. Alexandre Ramagem Rodrigues para, de uma forma sucinta, responder às perguntas e aos questionamentos dos Srs. Senadores.

**O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES** - Agradeço as indagações.

Primeiramente, o questionamento do Senador Major Olimpio vai muito em cima do que trata o Sistema Brasileiro de Inteligência. O Sistema Brasileiro de Inteligência tem a Abin como seu órgão central, com responsabilidade por todo

o planejamento, toda a execução, toda a supervisão e todo o controle de toda atividade de inteligência no Brasil e a preocupação, inclusive, com seus subsistemas. Se nós pensarmos que, em cada Estado, nós possuímos ainda Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros, todos os órgãos federais juntos, e ainda as questões fiscais, de saúde e educação, e os órgãos de controle, nós temos cerca de 300 instituições ou entes praticando inteligência como atividade meio no País. O que se necessita na Abin não é uma reestruturação, nem estruturação - essa já está feita pelos seus normativos -, é uma evolução dessa integração com padronização para se analisar corretamente os fluxos para um melhor assessoramento para a tomada de decisões, e capacitação integrada entre os entes e interagências, para podermos desenvolver de uma melhor forma nosso Sistema Brasileiro de Inteligência.

Em resposta à indagação da Senadora Mara Gabrilli, sobre a questão das ameaças, nossa Política Nacional de Inteligência é a grande doutrina, é o grande normativo de orientação da inteligência no Brasil. Discorre sobre diretrizes, sobre planos, sobre todas as condutas, sobre como a Abin deve se pautar, a parte ética, obediência ao ordenamento pátrio, em defesa da soberania nacional, do Estado democrático de direito, da sociedade, da dignidade da pessoa humana. Ali estão as atribuições da nossa Abin para tratar das ameaças. Quais ameaças? Espionagem, sabotagem, contraterrorismo, monitoramento das tecnologias de uso dual, a questão cibernética, que já abordei antes, toda a questão de terrorismo, organizações criminosas e também a corrupção.

Respondendo agora ao nosso Presidente, essas questões, entrando ainda na questão cibernética, são o que está no condão... É o que se apresenta hoje, um grande infortúnio, o acontecido e o acontecido antes, na questão do Wikileaks, mas se puder tirar a parte positiva é que levanta a preocupação das instituições nesse sentido. Precisamos andar muito para que haja uma prevenção - não só a prevenção, mas a detecção também, e a neutralização, para poder obstruir que essa inteligência adversa consiga atuar. Nós não temos os investimentos de que grandes potências conseguem dispor para uma inteligência, mas isso não deixa a nossa inteligência sob total risco. Nós temos que tentar deixar mais cara essa possibilidade de que os ataques aconteçam. Como eu coloquei anteriormente, esses ataques são naturais, é o jogo dos países tentar obter informações para trabalhar com interferência externa, para tentar ter ganho para seu próprio país em detrimento do desenvolvimento dos seguintes, mesmo de aliados.

No tocante ao quadro de pessoal, sim, a Agência Brasileira de Inteligência ficou num hiato de cerca de dez anos sem concurso. Recentemente houve um concurso para 300 vagas. Ainda assim, o número de cargos efetivos ocupados é bem inferior ao código de vagas em aberto, devido a suas vacâncias. O concurso que se apresentou é um concurso similar... Concursos de inteligência e concursos de segurança pública são concursos distintos dos demais. Têm fases, grandes fases. São concursos dispendiosos. São concursos em que, além das provas objetivas e discursivas, ainda entram na questão de exames médicos, toxicológicos, psicológicos e físicos, além de todo um curso de formação. Há uma questão dos excedentes, que poderiam completar bastante esse código de vagas. Auxiliaríamos, logicamente, toda a nossa Abin. É uma bandeira a ser colocada. Mas tem o porém de nós vivermos, neste momento, severas restrições orçamentárias. Então, é uma questão, dentro do prazo do concurso público, que será discutida e levada ao Ministério da Economia para se verificar a possibilidade de atendimento dessa demanda.

Respondendo ao nosso Senador Chico Rodrigues, a questão da escolha de um delegado de Polícia Federal para a direção-geral da nossa Agência Brasileira de Inteligência. O objetivo principal é tentar buscar uma *expertise* de sucesso, uma *expertise* de resultado, de operações, que é uma inteligência operacional tática, trazer para o seio da prevenção, do controle, do *compliance*, para que se evite... Ninguém aguenta mais que se chegue a praticar crimes de corrupção e de desvio. Temos que auxiliar os órgãos de controle, CGU, TCU, AGU e demais nos Estados nesse sentido. De fora dos quadros, na função, é um permissivo legal. Não é propriamente um ineditismo. A Agência Brasileira de Inteligência está no seio de um ministério preponderantemente militar. Então, a escolha de um servidor civil para uma agência civil se mostrou adequada. O delegado de Polícia Federal é a autoridade policial em âmbito federal. É responsável, então tem como mister o zelo e a hígidez da coisa pública, os bens e serviços da União. Com tudo que eu passei na Polícia Federal, nos seus três pilares, tanto com diversas operações policiais como pela parte de Sistema Brasileiro de Inteligência, com polícia administrativa e segurança pública em grandes eventos, e ainda trabalhando no órgão central da Polícia Federal com gestão sobre todos os órgãos, eu tenho certeza de que conseguirei, estarei creditado a trabalhar na direção geral na nossa Abin, em conjunto a todos os servidores. A questão do Centro Integrado de Comando e Controle foi em um momento dos grandes eventos. Foi uma possibilidade grande de integração, um sucesso de integração interagências, um sucesso para o Sistema Brasileiro de Inteligência. Eu tive a oportunidade de trabalhar em Centro Integrado de Comando e Controle Regional no Mato Grosso, em Brasília, no Rio de Janeiro, em Salvador, e ainda no Centro Integrado de Comando e Controle Nacional, aqui em Brasília. É uma questão a ser aprimorada, como eu havia colocado, de maior integração, de fluxo, capacitações e padronizações. Em nosso Estado de Roraima fui muito feliz. Passei meus dias lá, como eu coloco, bebi água do Rio Branco. Nosso Presidente da República costuma citar primeiro a questão de crise e também a questão de tanta riqueza no Estado. Pode ser um dos modelos para o Brasil de celeiro de alimentos para o mundo, e, ao mesmo tempo, um modelo

de desenvolvimento, de preservação, de ecologia; e um modelo de desenvolvimento sustentável. Roraima está em uma crise financeira, crise de saúde pública, crise de criminalidade, muito agravada pela questão de migração do Estado ao lado, que é acompanhada, que é a Venezuela. A migração teve um aumento exponencial nos últimos anos. O saldo entre os que entram e saem é cerca de 500. Cerca de 500 ficam no Brasil. Então a União está com atenção redobrada à questão do Linhão para que Roraima possa prosperar com todas as suas riquezas, riquezas agrícolas, riquezas de campo, a posição geográfica, o sol. E mais, como forma de escoamento, que é toda atividade de interferência externa que atua no Brasil, acaba querendo atrapalhar esse escoamento do Brasil, pela nossa Guiana para chegar ao Panamá; no Acre, pelo Peru; e o Centro-Oeste, ali pelo Chile.

O Senador Flávio Bolsonaro colocou a questão que se apresentou hoje, um absurdo, grave desvio de função. Que seja retirado, para um servidor militar não manchar os demais 300 mil servidores militares. Tem que haver, vai haver cooperação com as congêneres de polícia, de investigação e de inteligência, os rigores da lei a esta pessoa, e a investigação, porque ninguém chega com uma certa quantidade de entorpecentes sem uma fonte de origem e sem um contato. Todas essas questões têm que ser levantadas. A inteligência tem que estar nisso e precisamos evoluir nessa questão.

Resposta ao Senador Jaques Wagner. Com toda a certeza, a questão Estados Unidos e China é muito mais do que barreiras tarifárias. A questão é muito mais de dominação econômica mundial. Está sendo colocada ali verdadeira teoria de jogos, que é inteligência estratégica, como proceder e entrar. E mais, uma análise tentativa cibernética. O Brasil não pode ficar recebendo os resultados parado. Nós temos que entrar nesse jogo para verificar, com inteligência estratégica, nossas possibilidades e nossas oportunidades, sem agredir o mercado mundial.

A questão da carne suína é preponderante. A questão do aço é preponderante. Na questão da soja, o Brasil tem capacidade de chegar a 75% do abastecimento de soja da China. É uma questão a ser analisada: será que a China vai querer ter o monopólio de um país apenas? Nós temos que trabalhar com essa inteligência estratégica para que nós tenhamos sempre uma melhor logística, baratear nosso produto e deixá-lo com maior qualidade. A questão 5G é a grande guerra cibernética. O norte-americano coloca como quarta força o cibernético, com muita razão. É um paralelo bem feito com a realidade brasileira. Lá eles colocam no *cyber* comando de defesa e na NSA. Nós aqui no Brasil estamos com nosso Exército brasileiro e as outras forças, de forma suplementar. A questão 5G é uma batalha em que não se sabe realmente os problemas que os norte-americanos estão colocando, de espionagem, ou se é receio de dominação. Já alertaram os ingleses e os alemães, que já seguraram, enquanto isso, o desenvolvimento do 5G. Há muita propaganda de que pode até fazer mal à saúde. O Brasil está tratando de forma devida essa questão. Já há leilões agendados para verificar se essa tecnologia vai entrar como auxílio, dada a sua densidade, ou se nós vamos ficar sujeitos a uma dominação de espionagem. A questão do trato com... A Política Nacional de Inteligência coloca bem claro que a Agência Brasileira de Inteligência trabalha sem viés ideológico e sem viés político-partidário. Nós vamos trabalhar sempre de acordo com o governante, de acordo com a necessidade do governante. Queremos aprimorar a inteligência de forma que seja mais objetiva, pragmática, rápida. Não há como competir com a informação, ainda mais nos níveis de hoje em dia. A informação chega de todo lado, a qualquer momento. A inteligência tem que trabalhar a informação, vendo sua origem, sua autenticidade, credibilidade, seu cerne, seu escopo e suas consequências. Trabalhamos e trabalharemos sempre dentro das propostas de diretrizes legais de governo para auxiliar o Estado no seu desenvolvimento.

Acredito ter respondido a todas as indagações, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Agradecemos o Sr. Alexandre.

Passo a palavra à Senadora Kátia Abreu. É a última a perguntar.

Posteriormente, quebrando até um pouco o protocolo, eu vou passar a palavra ao Deputado Iran, que deseja fazer uma saudação a V. Sa., vez que é do Estado que V. Sa. já serviu.

Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu, que sempre com as suas colocações dá um tempero bastante interessante às discussões.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) - O policial Dr. Alexandre está muito bem avaliado no relatório do Senador (*Fora do microfone.*)

Anastasia, nosso Senador maravilhoso e muito confiável. Todos nós sabemos da competência e da confiabilidade dele. E também, com o padrinho que o senhor tem, eu acho que eu já seria Presidente da República. O Gen. Heleno e o Gen. Villas Bôas me deram as melhores recomendações. Eles também são pessoas importantes para mim. A opinião deles, para mim, é superimportante.

Eu gostaria apenas, Dr. Alexandre, de fazer duas perguntas. A primeira é sobre orçamento.

O que nos falta e quanto custa para nós termos uma agência de inteligência razoável - não precisa hoje virar os americanos amanhã - ao longo do tempo? O que seria preciso investir em termos de equipamentos para que nós pudéssemos, de fato, combater todos esses ataques cibernéticos, combater o terrorismo, o tráfico de drogas nas nossas fronteiras principalmente, o contrabando de agroquímicos para a agricultura brasileira também nas fronteiras? O que falta e quanto custa isso, para que a gente possa ter noção - nós já estamos em via de fazer o orçamento, estamos com ele sendo encaminhado - também no sentido de pessoal e, principalmente, separadamente, na questão de equipamentos?

A outra questão não é uma pergunta, mas muito mais uma solicitação. Eu sei que o trabalho da Abin é direcionado ao Estado brasileiro, às questões de segurança nacional, mas nós estamos nesse ataque cibernético, sofrendo muito do ponto de vista pessoal, e não só os políticos. São crimes com relação à honra de qualquer pessoa, ao tráfico de drogas na internet, à pedofilia, ao tráfico de mulheres, calúnia e difamação.

Neste ano, nós tivemos uma homenagem aqui, um prêmio que nós damos, todos os anos, para as mulheres em destaque. Fizemos uma homenagem a uma falecida - é sempre uma falecida e uma mulher que está atuando - que foi linchada no interior de São Paulo, porque soltaram *fake news* de que ela era bruxa e usava e matava crianças para fazer as bruxarias. Ela não teve tempo nem de dizer o nome. Ela foi assassinada publicamente e depois ficou comprovado que foi *fake news*. Eu estou indo no extremo, porque esse caso faz quatro meses que aconteceu aqui, e eu fiquei chocada com o risco disso, além daquele das brincadeiras das crianças com esses jogos que levam ao suicídio.

Estudando sobre o assunto - não sou especialista; gostaria até de ser, como meus filhos são -, eu percebo que todas as redes sociais não são identificáveis. Um celular pós-pago é identificado quando você compra - não era. O pré-pago ainda não é identificado. Mas, hoje, no Twitter, no Instagram, no Face e nos *e-mails*, não existe um cadastro, você pode fazer isso falsamente, com um CPF e identificação de outra pessoa, e cometer esses crimes todos os dias.

Então, o senhor não precisa, se não puder, me dar uma resposta agora, mas que a Abin nos pudesse sugerir o que poderíamos fazer em termos de lei, de regulação para cercar tudo isso. Comigo agora, por exemplo, eles editaram um pedaço de uma entrevista minha e emendaram num pronunciamento, como se eu estivesse falando duas coisas diferentes e colocando em dúvida o meu caráter e a minha palavra. Então, isso é uma coisa inadmissível, porque eles são milhares. Não sei o que acontece que eles arrumam tantos desocupados para fazer isso, como no caso agora do decreto do armamento.

E, desses crimes cibernéticos, um de que eu tenho pavor é daqueles chamados *deepfakes*, em que você hoje pode, com a tecnologia de inteligência artificial, fazer um vídeo falso com seu rosto, você falando, e com a sua voz.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) - Sim, existe. Existe.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) - Eu não sei para que a gente está existindo mais.

Então, a gente precisa do apoio da Abin, embora não seja a sua função principal, claro. Mas, com a sua inteligência e com o seu preparo, com a experiência de toda a equipe, que pudesse nos sugerir algo. Imagine a gente obrigar o Brasil inteiro a se identificar pessoalmente para abrir um Twitter, um Insta e um Face? Acho que seria uma revolução nacional. As pessoas... Até os adolescentes hoje abrem essas redes sem precisar de uma identificação real, porque, às vezes, na internet, você identifica o CPF, mas eu posso pôr o CPF dele e cometer crimes, porque não é presencial.

Então, qual a outra alternativa que, quem sabe, vocês poderiam nos dar?

A outra questão que me preocupa demais são os ataques às estações de tratamento de água, que também são um crime cibernético, que estão na lista desses crimes, são uma questão de saúde pública e não deixam de ser um terrorismo, uma ação terrorista.

Então, eram apenas essas as minhas considerações.

Quero desejar muita boa sorte e repetir aqui o que disse Jaques Wagner: nós estamos vivendo um período muito difícil, de mudanças de práticas, comportamentos e costumes que estão assustando muitos de nós, e nós esperamos, sinceramente, a sua atuação pragmática, institucional e que o senhor cumpra bem o seu dever dentro da prerrogativa e não atenda às vezes ao clamor e aos desejos outros que não sejam aqueles que nós esperamos de V. Exa.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Queremos apenas agradecer a Senadora Kátia Abreu e informar ao sabatinado, Dr. Alexandre, que o Senador Esperidião Amin é o autor da proposta do requerimento aprovado nesta

Comissão que definiu como política pública a política de defesa cibernética delegada ao Exército Brasileiro, pela Estratégia Nacional de Defesa. Esse tema foi proposto na Comissão de Relações Exteriores, foi aprovado, e nós vamos iniciar os trabalhos em breve. Já até iniciamos.

Quero deixar registrado o convite que vamos fazer à sua instituição, a Abin, para participar do programa de avaliação da política nacional da guerra cibernética.

Apêndice da nossa Comissão, existe a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Um ano, ela é presidida pelo Presidente da CREDN da Câmara dos Deputados - no caso, este ano, o Deputado Eduardo Bolsonaro -; e, no ano subsequente, é presidida pelo Senado, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - no caso, o Senador que lhes fala.

Nós também vamos promover o início das atividades desta Comissão. Teremos dois anos de trabalho pela frente em conjunto para o desenvolvimento da política de inteligência do nosso País. Já tivemos uma reunião com o Gen. Heleno a respeito dessa questão e, em alguns pontos, nós já avançamos. Delegamos ao Vice-Presidente, Senador Marcos do Val, a condução necessária ao conteúdo dessas questões, e tem cumprido exemplarmente essa missão.

Antes de V. Sa. responder à Senadora Kátia, passo a palavra ao Deputado, pedindo escusas por não ter cedido o tempo antes, mas existe aqui uma prerrogativa de o Senador falar na frente.

Muito obrigado.

**O SR. HIRAN GONÇALVES** (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente, meu querido colega Nelsinho; Sr. Vice-Presidente Marcos do Val, eu quero é agradecer pela deferência. Essa deferência é uma deferência que é uma prerrogativa de V. Exa. Eu quero fazer uma saudação aos Senadores e Senadoras presentes e às autoridades civis e militares que estão aqui participando desta reunião.

Mais do que uma saudação, eu quero fazer um testemunho, Dr. Alexandre. O senhor, se eu não me engano, começou a sua carreira na Polícia Federal lá em Roraima, e nós fomos colegas.

Há muita gente, Alexandre, que... Eu sou Presidente da Frente Parlamentar da Medicina, então todo mundo aqui me identifica como oftalmologista, ninguém sabe que eu sou policial também, eu sou médico legista. Nós trabalhamos juntos lá: eu, na medicina legal; e você, como Delegado da Polícia Federal. Aliás, você cometeu uma falha grave aqui ao saudar a minha querida colega, também ex-Delegada, Dra. Rebeca, que hoje é Procuradora. Você se esqueceu de dizer que bebeu a água do Rio Branco e conheceu a Dra. Rebeca lá em Roraima, que, aliás, Dr. Nelsinho, era minha paciente. Eu operei a Rebeca, felizmente ela não está usando óculos até hoje - mas já saiu da garantia, viu, Rebeca?

Eu queria aqui fazer este testemunho da sua retidão de caráter, da sua competência, da sua seriedade com a coisa pública. Você é um policial que nós temos em excelente conta, um excelente gestor e, mais do disso, uma excelente pessoa, um excelente caráter, um grande pai de família, um excelente pai das suas filhas.

Eu fiquei até agora, fiz questão de esperar para poder registrar este momento, porque é um momento que eu espero que não seja o apogeu da sua carreira, porque você tem uma carreira longa pela frente, pela juventude, mas que desempenhe bem esse cargo importante, que o Presidente Jair Bolsonaro, de maneira muito feliz, delegou a você. O Brasil precisa de pessoas da sua qualidade para prestar serviços à nossa Nação.

Também queria fazer minhas as palavras dos meus antecessores aqui, no sentido de você cuidar do nosso País sem viés ideológico e com muito equilíbrio, como é uma característica da sua personalidade.

Parabéns.

Eu tenho certeza de que você será aprovado aqui e no Plenário e fará uma gestão que vai nos orgulhar a todos.

Um grande abraço e que Deus o abençoe.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Apenas para informar a todos os presentes e ao Dr. Alexandre o número bastante grandioso de perguntas que vieram do e-Cidadania, passou de 50 perguntas, com a participação de todo o País, e eu vou lê-las após a resposta de V. Sa.

**O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES** - Primeiro, quero agradecer as palavras do Deputado Hiran, as emocionantes palavras do Deputado Hiran. Fico muito feliz em poder ajudar com trabalho e companheirismo.

Em resposta à nossa Senadora Kátia Abreu, de fato, a evolução das legislações é natural.

Quando se trata de tecnologia e, ainda, de crime organizado, essas questões dão saltos de inovação. Tem que estar completamente atento a essas mudanças e o trabalho é contínuo de estudos. Por exemplo, as estratégias que foram fixadas há cinco anos já não cuidam do que hoje tem que se tratar. O próprio *Big Data* não está previsto nas estratégias anteriores

e é algo com que a Abin está trabalhando e muito solucionará essas questões levantadas pela senhora, inclusive em ajuda às infrações penais, se houver procedimentos nessas questões. A Abin está tentando se preparar.

O orçamento é reduzido, não se compara ao das grandes potências. Estamos no nível de congêneres médias. Cerca de 90% do nosso orçamento é para pessoal e custeio. A questão dos investimentos é que é uma necessidade. Eu venho e virei sempre aos senhores para trabalhar esses desenvolvimentos de legislação, de tratamento para delimitar, de forma cirúrgica, quais investimentos para ter resultados a apresentar para a nossa sociedade.

Toda nação de Primeiro Mundo, toda economia pujante, toda democracia consolidada tem uma inteligência de confiança de suas instituições e da sociedade. É onde a gente quer levar a nossa Abin neste momento.

Quero pegar a parte singular do tratamento de água - eu coloquei aqui antes do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento -, e já vem sendo trabalhado. Vamos aprimorar a análise de risco, verificação de sistemas, normativos e conscientização dos servidores. Essa é a melhor forma de tornar mais difíceis quaisquer desses ataques.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Muito bem.

Até em respeito a todos que participaram, a partir do momento em que V. Sa. achar interessante compilar as perguntas para a gente poder fazer uma resposta naquilo que aqui está descrito...

Veio lá de São Paulo, CAL B: "O senhor acredita que a Abin deve passar por um 'choque de gestão', aproximando-a mais da [...] [Polícia Federal] e demais órgãos de segurança pública?"

Luiz Yago, também de São Paulo: "[...] como o senhor pretende reestruturar o Sistema de Inteligência Brasileiro? A Abin poderá ser considerada a CIA do Brasil?"

Sonia Beatriz, do Rio de Janeiro: "No caso recente do Intercept, que tipo de políticas preventivas podem ser instituídas para proteger o sigilo da comunicação entre [...] [as autoridades e] os Poderes?"

Alberto Moraes, do Rio de Janeiro: "A Abin tem um déficit de pessoal evidente, o que prejudica a atuação desse importante órgão [que V. Sa. vai assumir]. Como o senhor pretende lidar com esse problema?"

John Damasceno, de Goiás: "Como o senhor pretende lidar com [...] [o problema da defasagem de recursos humanos da agência]?"

Paula Leticia, de Minas: "[...] qual a sua opinião no que se refere à inclusão da atividade de inteligência na Constituição [...]?"

Matheus Gomes, do Rio de Janeiro: "Como o senhor vê o atual quadro de servidores do órgão diante dos desafios que se impõem ao novo Governo? O que fará para fortalecê-lo?"

Julia Costa, do Distrito Federal: "[...] o senhor pretende recompor o defasado quadro de servidores da Abin, convocando os aprovados do último concurso?"

Marcio Seltz, do Distrito Federal: "[...] o senhor tem a intenção buscar melhorias [...] [estruturais] para a carreira dos oficiais [...] da Abin?"

Talita, de São Paulo: "O senhor apoia aposentadoria especial para os servidores da Abin?" "O senhor defende alguma alteração na Lei de Inteligência?"

E o último veio lá do meu Estado, Edson Júnior: "Nós somos sabedores de que a Abin está no Ministério da Economia. O senhor é a favor ou contra a migração do Coaf da Economia para a Justiça?"

Esse botou você numa dividida aí por que nós já passamos.

V. Sa. tem a palavra para responder às perguntas.

**O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES** - Primeiramente, a primeira questão: não acredito em um choque de gestão. Acredito em direcionamentos de trabalho, em primeiramente auxiliar, como já coloquei, os órgãos de controle na atividade de prevenção, de *compliance*, é uma força motriz, e a inteligência poderá participar e ajudar nesse desenvolvimento da prevenção, para que não se chegue ao crime.

Outra questão, como também já coloquei, é trabalhar mais de forma objetiva, pragmática; evoluir o Sisbin, como coloquei aqui.

E há uma questão muito importante que eu não havia colocado: sair do secretismo absoluto. Uma inteligência com 0% de risco é uma inteligência que não funciona, uma inteligência que fica engessada. Nós temos que acreditar nesse companheirismo nos pontos focais, na análise de dados, para poder trabalhar.

Comparação com a CIA: modelo para nós, modelo de capacitação, como outras congêneres internacionais, para se aprender, para dialogar, para informações em duas vias, mas há outras congêneres de nível médio, com que podemos fazer um trabalho ainda maior de auxílio de caminhos de estruturação.

Todas as questões de déficit de pessoal eu acredito já ter respondido. É uma bandeira o concurso, os excedentes, que estão pleiteando. Eu quero, se confirmada a minha indicação, sentar com seus representantes, verificar as estratégias. Como eu coloquei, nós estamos num momento de graves restrições orçamentárias, vamos verificar dentro da validade do concurso, para ter um efetivo ainda maior e capacitado.

A Abin merece estar em nossa Constituição, é algo a ser trabalhado, trabalhar com as nossas Comissões.

As atribuições da Abin se colocam como ações e planejamentos sigilosos, dadas as suas coberturas e seus trabalhos, portanto há que se colocar como atividade de risco. Muitas vezes o servidor da Abin não anda nem em equipe, anda sozinho, em grave risco, cumprindo com suas atribuições. É meu objetivo, tive a oportunidade de sentar com as representações de classe, as associações - cumprimento o colega que está aqui -, já nesse período de transição. Sentamos, verificamos bandeiras, problemas, tive a felicidade de ter a menção de que estão felizes com o meu conhecimento da atividade meio. Preguei a eles que estaremos não sempre alinhados, como é normal em gestão e associação, mas sempre terão da administração a proximidade, a lealdade e a transparência para se trabalhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Pois não. Vamos dar sequência à participação popular.

Evandro, do Distrito Federal: "Por trabalhar com segurança pública, não deveria a Abin ser contemplada com aposentadoria especial?"

Renato Casale Neto, apenas uma mensagem de otimismo em relação a V. Sa.: "Muito legal [a sua indicação]"

Evandro, de novo, do Distrito Federal: "Existe alguma razão para os vencimentos dos servidores da Abin serem tão inferiores aos de outras carreiras típicas de Estado?"

Telbia Bia, do Distrito Federal: "O Brasil está em sétimo lugar como o que mais tem sofrido com ataques de *hackers*. [Como] o que o senhor tende a evitar [...] [tal situação]?"

Leo Carvalho, de Rondônia: "Sr. Alexandre Ramagem, quais ações o senhor, como Diretor-Geral da Abin, pretende tomar para recompor o quadro de servidores defasado da agência?"

Paula Leticia, de Minas: "[Sr.] Alexandre Ramagem, como o senhor pretende lidar com a falta de efetivo da Abin, que possui 63,5% de cargos vagos?"

Ricardo Euller, de Alagoas: "Considerando que a agência possui apenas 35% dos seus cargos ocupados, como pretende lidar com a questão da defasagem de recursos humanos?"

Alberto Silva, do Rio de Janeiro: "[...] como o senhor pretende valorizar a inteligência de Estado no Brasil?"

Florence Cardoso, de Goiás: "Existe um certo melindre na sua indicação por parte das Forças Armadas, uma vez que o senhor passou na frente de vários oficiais qualificados? Isso pode prejudicar o teu trabalho?"

**O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES** - Acredito já ter respondido às questões dos cargos, é uma bandeira necessária e que será estudada.

A aposentadoria especial vem da atividade de risco e está sendo discutida no âmbito da relatoria na Câmara dos Deputados.

Carreira típica de Estado: sim, deve ser enquadrada como carreira típica de Estado. Não é o momento de reivindicações remuneratórias, mas é uma questão a ser trabalhada.

Ataques de *hackers*: acredito ter discorrido sobre a questão. Temos que trabalhar com prevenção, com detecção para neutralizar e obstruir todos esses ataques que podem ser de Estados estrangeiros como até de adolescentes.

Forças Armadas: tenho um relacionamento sempre muito bom, desde o trabalho em fronteiras, trabalho em grandes eventos. Estão ao meu lado. Estou aqui feliz com a participação de diversos oficiais. É sempre muito bom trabalhar alinhado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Dando sequência aos nossos trabalhos, João Alípio, do Paraná: "A Abin utilizará a *expertise* das universidades públicas para aumentar o nível técnico de seus trabalhos?". Fica aqui essa sugestão.

John Damasceno, de Goiás, é na mesma linha: "Diretor Alexandre, como o senhor pretende lidar com o problema [...] de recursos humanos da agência?"

Gustavo Figueiredo também faz o mesmo questionamento.

Luan Carlos Pereira, também na mesma linha: "[...] quais as medidas [...] que a Abin possa se equiparar com as agências dos países desenvolvidos?"

Luciano Rodrigues: "Quais as propostas [...] relevantes?"

Anna Alice, do Rio de Janeiro: "[...] se pretende [...] fazer mudanças na [...] Abin?"

Daniel, de Roraima: "Como aplicar a lei que define a Abin o órgão central da atividade de inteligência, mas subordinada ao GSI, opaco e anacrônico?"

Bruno Almeida, do Maranhão: "Qual sua opinião sobre o PL 2.719, de 2019, que estabelece o Marco Regulatório para Atividade de Inteligência?"

Evandro, do Distrito Federal: "Multiplicidade de bases de dados não integradas e compartilhadas dificulta a atividade para todos os órgãos do Sisbin. O que fazer?"

Roberta Coelho: "Como o senhor enxerga a falta de prerrogativas da Abin para a realização de interceptação telefônica e infiltração?". Isso precisa ser enfrentado.

Joselito dos Santos Correia, da Bahia: "Sr. Alexandre Ramagem, parte da força de trabalho da Abin é composta por Anistiados/CLT e os demais estatutários. Como lidar com a situação?"

**O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES** - É nossa intenção, como já colocado, trabalhar com as universidades, com o meio acadêmico, com as indústrias, com os particulares, fomentar bolsas nesse sentido, conforme os modelos internacionais, para que o desenvolvimento não seja apenas de Governo ou de Estado; nós precisamos da *expertise* acadêmica e privada nesse sentido. Vamos evoluir nessa questão. Já discutimos essa questão e vamos evoluir.

Tem razão, o Sistema Brasileiro de Inteligência absorve muita informação. É necessária uma padronização, como eu já coloquei anteriormente, para fazer um trabalho efetivo de acompanhamento, análise, para oferecer aos agentes políticos, para o processo decisório confiável e oportuno. Como já coloquei, o PL é um marco regulatório. Temos que trabalhar sempre, de forma atenta, que os marcos regulatórios deixem possibilidades de avanços, alterações, dadas as inovações que sempre acontecem.

Questão de interceptação telefônica. Com a Constituição Cidadã, é um direito, nas questões de garantias fundamentais. A interceptação de sinais de comunicações está no art. 5º, inciso XII, exclusiva para investigação criminal, após uma análise jurisdicional. A Abin pratica uma inteligência de Estado, uma inteligência para assessoramento ao processo decisório. É de natureza consultiva; é distinta, portanto. Ela auxilia toda a segurança pública com elementos informativos, notícias de crimes, análises de situações e, após uma exposição do que estava como sigiloso, após aberto em uma ação pública, há a análise de todos os fenômenos para verificar vulnerabilidades e oportunidades

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - A última leva de... *(Fora do microfone)...perguntas da sabatina. E eu queria agradecer a participação popular.*

Sonia, do Rio de Janeiro: "Como foi no caso das eleições americanas, é possível afirmar que não sofremos influência de outros países, com *fake news*?"

Sueli Roriz, do Rio de Janeiro: "Qual a sua posição, de agir integrada com outras agências, inclusive privadas, para melhores resultados das ações exercidas pela Abin?"

Paula Leticia, de Minas Gerais: "[Que bom que] o Sr. já exerceu o cargo de Coordenador de RH do Departamento de Polícia Federal e [...] [deve saber muito bem que] a falta de efetivo é um obstáculo. Como lidar?"

Também da Paula Leticia: "[...] a Abin possui mais de 2.600 cargos vagos. Pretende recompor parte do quadro de oficiais e agentes?"

Ivete, do Sergipe: "A CPI mista das *fake news* está para ser instalada no Congresso. Espero que não haja omissão da Abin nessa questão que muito aflige os brasileiros".

**O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES** - Bem, é de doutrina internacional a questão de prevenção à espionagem e à interferência externa. Ocorre que, é de conhecimento, nós temos que evoluir para essa questão da prevenção, da detecção e para poder neutralizar e obstruir.

Na questão de entes privados, como eu já coloquei, nós temos que trabalhar pontos focais, verificar sua credibilidade para, juntos, evoluirmos toda a tecnologia para o desenvolvimento do Brasil.

Em investigação criminal, nós podemos adquirir tecnologias estrangeiras, porque, dentro de um processo, vai ajudar dentro de um caso concreto. Nós temos que fomentar nossa independência tecnológica brasileira, para que nós não tenhamos que depender de tecnologia estrangeira, que vai gerar vulnerabilidades ao nosso sistema.

A Abin está atenta aos caminhos legislativos, ainda mais nessa questão das *fake news*, e trabalharemos, sim, em conjunto para aprimorar, para a prevenção, identificação e auxílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Agradecemos a participação de todos, em especial da Dra. Rebeca Teixeira Ramagem Rodrigues, que está aqui, demonstrando o apoio que a família empresta ao novo indicado, que disso vai precisar muito.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Comunico o resultado da votação da indicação nesta Comissão.

O Sr. Alexandre Ramagem Rodrigues, indicado ao cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, obteve 14 votos SIM; nenhum NÃO, e nenhuma abstenção.

Proclamado o resultado.

Pela ordem, o Senador Marcos do Val.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Pela ordem.) - Quero dar os parabéns ao novo Diretor da Agência Brasileira de Inteligência. É um resultado que eu já previa, como já tinha dito para o senhor antes. Seja bem-vindo a essa missão. O Brasil necessita tanto de informações, mas não entendeu ainda a importância das informações. Tem um desafio muito grande, mas conte com a gente aqui, da CRE. Parabéns! Sucesso!

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) - Faço as palavras que agora profiro de mesmo conteúdo das ora proferidas pelo Senador Marcos do Val, na certeza de que juntos deveremos colocar a Abin no mais alto topo da eficiência e da credibilidade de que o nosso País precisa.

É uma missão, realmente, bastante honrosa que V. Sa., a partir deste momento, com a certeza da aprovação do Plenário, onde nós vamos tentar colocar na pauta hoje ainda, deverá instituir no seu currículo. E pode ter a certeza de que terá apoio por parte desta Comissão e também da Comissão de Inteligência, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Como médico e observador que sou das pessoas, defino o Sr. Alexandre Ramagem Rodrigues com uma palavra: equilíbrio. O senhor demonstrou isso em todas as suas peregrinações por este Congresso, e é mais do que justo este quórum e esta aprovação que obteve nesta Comissão.

Agradecendo a presença do indicado e de todos os participantes aqui, manifesto os meus cumprimentos, desejando-lhe êxito na honrosa missão e, com uma salva de palmas, encerramos esta reunião. *(Palmas.)*

Antes, porém, deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho ainda a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Convite do Exército.

Comunico aos membros desta Comissão que foi encaminhado aos respectivos gabinetes de V. Exas. o convite feito pelo General de Divisão Guido Amin Naves, Comandante de Defesa Cibernética, referente ao evento promovido pelo Exército brasileiro, denominado Exército Guardião Cibernético. Esclareço que o evento será realizado dia 3 de julho, das 9h às 10h, na instalação do ComDCiber. Os Srs. Senadores que quiserem participar podem entrar em contato com o Escritório de Projetos do ComDCiber, pelo telefone (61)3415-3640.

Nada mais havendo a tratar, convoco os Srs. Senadores para a reunião amanhã, quando teremos a sabatina de dois embaixadores, às 10h da manhã.

Que Deus nos abençoe!

Muito obrigado.

*(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)*